RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 023/2009

O Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Ordinária, hoje realizada, na presença dos Exmos(as). Srs(as). Desembargadores(as) Gerson de Oliveira Costa Filho (Presidente), Alcebíades Tavares Dantas, Américo Bedê Freire, José Evandro de Souza, Ilka Esdra Silva Araújo, Luiz Cosmo da Silva Júnior, James Magno Araújo Farias, e do representante do Ministério Público, a Exma. Sra. Virginia de Azevedo Neves Saldanha,

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar o acesso dos jurisdicionados aos serviços judiciários, tornando assim efetivo o direito à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO que aperfeiçoar o sistema de protocolo atual contribui para esse desiderato;

CONSIDERANDO a necessidade de criar mecanismos mais ágeis e eficientes, reduzindo ou mesmo eliminando deslocamentos até então inevitáveis para protocolização de documentos;

RESOLVE, por unanimidade de votos, baixar a seguinte RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (tomando o nº 023/2009):

“Art. 1º Fica instituído o Sistema de Protocolo Postal - SPP para recebimento e remessa de petições ou recursos judiciais dirigidos aos juízos trabalhistas de primeiro e segundo grau de jurisdição, exclusivamente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT.

§ 1º Os interessados em utilizar o Serviço de Protocolo Postal - SPP deverão apresentar os recursos ou petições para protocolo em qualquer agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT para remessa, via SEDEX, ao juízo de destino.

§ 2º Os envelopes ou caixas apropriadas do serviço de SEDEX, com ou sem Aviso de Recebimento - AR, serão adquiridos pelo interessado nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT e devidamente preenchidos, com a precisa e clara indicação do destinatário, do remetente, dos respectivos endereços e Códigos de Endereçamento Postal - CEP.

§ 3º É imprescindível que o recibo eletrônico de postagem de correspondência via SEDEX seja anexado à primeira lauda da petição ou do recurso protocolado, que também conterà carimbo com a data e horário de recebimento, com identificação da agência recebedora e do empregado atendente (nome e número da matrícula), a fim de que a data da postagem tenha, em toda a décima sexta Região, a mesma validade que o protocolo convencional para fins de contagem do prazo judicial.

§ 4º Pelo Sistema de Protocolo Postal - SPP, em cada envelope ou caixa apropriada do Serviço SEDEX, somente poderão ser enviados uma petição ou um recurso e seus documentos, expedindo-se apenas um recibo eletrônico de postagem por envelope.

§ 5º Na cópia da petição ou do recurso protocolado nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT serão especificados, por carimbo-datador, a data e o horário de recebimento, com identificação da agência recebedora e do empregado atendente (nome e número da matrícula).

§ 6º Para utilização do Sistema de Protocolo Postal - SPP deverá ser respeitado o horário de funcionamento das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

§ 7º O Egrégio Tribunal fica isento de qualquer responsabilidade decorrente do uso incorreto ou indevido do Sistema de Protocolo Postal - SPP, bem como pelo extravio de petição ou recurso, antes do seu recebimento em qualquer de seus órgãos de primeiro ou segundo grau.

Art. 2º O Sistema de Protocolo Postal - SPP é faculdade outorgada às partes e a seus procuradores que poderão, querendo, protocolá-los no setor próprio dos órgãos judiciais a que se destinam.

Parágrafo único. Para efeito de contagem de prazos judiciais será observada a data de postagem.

Art. 3º Excluem-se do Serviço de Protocolo instituído por esta Resolução as seguintes petições, sendo nulo o seu eventual recebimento, devendo o seu arquivamento ser determinado por simples despacho do juízo destinatário:

I - as petições iniciais e seus aditamentos;

II - as que requeiram o adiamento de audiência;

III - as que requeiram o adiamento ou a suspensão de praça ou leilão;

IV - as que arrolem ou requeiram a substituição de testemunhas; e

V - as que se destinem a qualquer juízo que não os de primeiro e segundo graus da décima sexta Região.

Parágrafo único. As exceções previstas nos incisos I a IV não se aplicam ao Ministério Público do Trabalho que, nos casos dos incisos II, III e IV, deverá protocolar as petições com antecedência mínima de 4 (quatro) dias, para usufruir do Serviço instituído por esta Resolução.

Art. 4º A utilização do Serviço instituído por esta Resolução fica automaticamente suspensa em caso de greve dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

Art. 5º As petições ou recursos protocolados no Serviço instituído por esta Resolução deverão indicar, de forma destacada, para os processos que tramitam em primeiro grau de jurisdição, a Meritíssima Vara do Trabalho para a qual foi distribuída a ação, o número do processo e os nomes das partes e, para os que tramitam em segundo grau de jurisdição, o número do processo no Tribunal, se já distribuído o feito, a espécie (Recurso Ordinário, Agravo de Instrumento, Agravo de Petição, Recurso de Revista etc.) e os nomes das partes.

§ 1º Do descumprimento desses requisitos resultará recusa do recebimento dos recursos ou petições pelos setores encarregados de protocolo, pelas Secretarias das Meritíssimas Varas do Trabalho ou pelas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

§ 2º Do endereçamento incorreto pela parte interessada ou por seu advogado poderá resultar o arquivamento do recurso ou petição por decisão do juízo indicado como destinatário.

Art. 6º Será da responsabilidade do advogado ou da parte a apresentação dos recursos ou petições em conformidade com o disposto nesta Resolução e nos Provimentos que regulamentam a matéria, sob pena de não serem recebidos ou admitidos no juízo de destino.

Art. 7º A Presidência do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da décima sexta Região fica autorizada a celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, detentora do monopólio postal, para execução dos Serviços instituídos por esta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Por ser verdade, DOU FÉ.

Sala de Sessões. São Luís, 28/janeiro/2009.

ÉLEN DOS REIS ARAÚJO BARROS DE BRITO
Secretária do Tribunal Pleno